



Manifestação Técnica 02056/2025-6

Protocolo: 09540/2025-1

Assunto: Procedimento preliminar de análise de contas

Criação: 21/07/2025 17:16

Origem: NGF - Núcleo de Controle Externo de Auditoria e Gestão Fiscal

1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Trata-se da Prestação de Contas Anual, exercício 2023 (Processo TC 4673/2024-7), da Prefeitura Municipal de Ponto Belo, sob a responsabilidade do Prefeito, Sr. Jaime Santos Oliveira Junior.

A análise técnica da matéria relativa à gestão fiscal foi realizada pelo Núcleo de Controle Externo de Auditorias e Gestão Fiscal (NGF) e instruída no Relatório Técnico 291/2024-1 (peça 104), no qual foram apontados indícios de irregularidades, do que resultou na opinião pela oitiva do responsável, com base no art. 126 do RITCEES.

Após regular citação (Termo de Citação 395/2024-2, peça 106), nos termos da Decisão SEGEX 1161/2024-1 (peça 105) e defesa (peças 109 a 111), foi emitida a Instrução Técnica Conclusiva 1585/2025-4 (peça 115) pela rejeição das Contas, conforme segue:

10. CONCLUSÃO

[...]

Com a identificação de achados no relatório técnico, os autos foram submetidos à citação, cuja análise encontra-se registrada na **seção 9**, desta ITC, com a seguinte conclusão:

- **AFASTAR** a distorção apontada no RT 291/2024-1, subseção **4.1.5.1**, analisada conclusivamente na subseção **9.6** da ITC, tendo em vista o acolhimento das justificativas apresentadas; e
- **MANTER** as não conformidades registradas no RT 291/2024-1, subseções **3.2.1.5, 3.2.1.15.1, 3.2.1.15.2, 3.3.1.1, 3.4.9**, analisadas conclusivamente nas subseções **9.1, 9.2, 9.3, 9.4 e 9.5** da ITC. Ocorrências que representam **grave infração** à norma constitucional, legal e regulamentar de natureza contábil, financeira e orçamentária, cujos efeitos, analisados isoladamente ou em conjunto, são relevantes e possuem o condão de **macular as contas de governo**:

9.1 Déficit na execução orçamentária (subseção 3.2.1.5 do RT 291/2024-1);

Critério: art. 1º da Lei Complementar 101/2000.

9.2 Ausência de pagamento da totalidade das despesas com contribuições previdenciárias patronais devidas ao RGPS (subseção 3.2.1.15.1 do RT 291/2024-1);

Critério: Artigo 102 da Lei 4.320/1964.

9.3 Ausência de recolhimento da totalidade das contribuições previdenciárias dos servidores devidas ao RGPS (subseção 3.2.1.15.2 do RT 291/2024-1);

Critério: Artigo 201 da Constituição da República.

9.4 Déficit financeiro em diversas fontes de recursos evidenciando desequilíbrio das contas públicas (subseção 3.3.1.1 do RT 291/2024-1);

Critério: Art. 8º, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000.

9.5 Inscrição de restos a pagar processados e não processados sem suficiente disponibilidade de caixa (subseção 3.4.9 do RT 291/2024-1);

Critério: Artigo 1º, parágrafo 1º, Lei Complementar 101/2000.

Ante o exposto, conclui-se que as contas anuais, referentes ao exercício financeiro de 2023, prestadas pelo prefeito municipal de Ponto Belo, Sr. JAIME SANTOS OLIVEIRA JUNIOR, não estão em condições de serem aprovadas, recomendando-se a sua **rejeição** pela Câmara Municipal.

[...]

A proposta da ITC 1585/2025-4 foi acompanhada pelo Ministério Público de Contas, que pugnou seja emitido Parecer Prévio pela rejeição das contas, conforme Parecer 1136/2025-1 (peça 117).

Por ocasião da Sustentação Oral na 20ª sessão virtual da 1ª Câmara, em 06/06/2025, foi juntado aos autos memorial de defesa e outros documentos (peças 121 e 122) e as Notas Taquigráficas 39/2025-9 (peça 123), com vista a afastar as irregularidades mantidas na ITC 1585/2025-4.

Em atenção ao Despacho 15714/2025-8 (peça 124) do gabinete do Exmº Conselheiro Relator, retornaram os autos ao NGF, para elaboração de manifestação técnica sobre os novos documentos acostados aos autos: Petição Intercorrente 230/2025-3 (peça 121), Peça Complementar 19830/2025-7 (peça 122) e Notas Taquigráficas 39/2025-9 da defesa oral (peça 123), em relação ao item atinente ao NGF.

Segue abaixo o teor da defesa oral apresentada pelo advogado constituído pelo gestor responsável à época, conforme se depreende do documento eletrônico Notas Taquigráficas 39/2025-9:

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

20ª SESSÃO VIRTUAL 1ª CÂMARA 06/06/2025

SUSTENTAÇÃO ORAL DO PROCESSO TC-04673/2024-7

RELATOR: CONSELHEIRO DAVI DINIZ DE CARVALHO

O SR. LEONARDO DA SILVA LOPES – Boa tarde, conselheiro relator, demais julgadores, ilustre representante do Ministério Público de Contas e servidores que estão acompanhando o julgamento deste processo. Tratam-se os autos da Prestação de Contas Anual de Prefeito do Município de Ponto Belo, exercício 2023, sob a responsabilidade do sr. Jaime Santos Oliveira Júnior. Após a tramitação processual, a área técnica dessa Corte de Contas se manifestou por meio da ITC de nº 01585/2025, recomendando a rejeição das contas em razão da manutenção de cinco irregularidades. A primeira irregularidade, trata-se de *“déficit na execução orçamentária”*. Isso, ela indicou a existência de um resultado deficitário no valor de R\$ 3.091.035,1 supostamente não absorvido por superávit financeiro de exercício anterior. Uma vez que a fonte de recursos ordinários teria encerrado o exercício com déficit, não podendo ser coberta por fonte vinculada. Entende-se, nobres julgadores, que no caso sob análise, foi apontado um suposto déficit orçamentário de ordem geral, isto é, os relatórios técnicos confrontaram a totalidade dos empenhos, com a totalidade das receitas realizadas, sem o detalhamento em quais fontes teria ocorrido o descompasso entre despesas empenhadas e receitas realizadas. Dessa forma, como a questão já foi abordada pelo relatório técnico, isto é, em parâmetros orçamentários gerais

e consolidados, a defesa entende que não ocorreu o déficit orçamentário aventado. Tendo em vista que o descasamento no montante de R\$ 3.091.035,61 entre empenhos e receitas realizadas, é inferior não somente ao superávit do exercício anterior, como também ao excesso de arrecadação do exercício. Então, sendo o apontamento retratado em bases gerais e consolidadas, e não por fonte de recursos, a análise, no entendimento do manifestante, da defesa, também deve caminhar com bases gerais e consolidadas. E sob tal perspectiva, considerando os números totais, não se constata a ocorrência de déficit orçamentário. Em acréscimo, entendemos, conselheiro relator, que a análise por fonte de recursos é importante para fins de controle financeiro e segregação de destinações específicas de recursos, como ocorre com recursos vinculados de convênios, recursos do Fundeb, transferências voluntárias, receitas de *royalties*, entre outros. Então, entendemos que a apuração do resultado orçamentário, nos moldes orientados pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, é obtida, considerando as receitas orçamentárias realizadas, as despesas orçamentárias empenhadas, liquidadas ou paga - dependendo da análise -, não segmentado por fonte de recursos, com indicações de fontes apenas para verificação de regularidade no uso. É relevante pontuar também, que incluídos no total das despesas empenhadas no exercício, encontram-se empenhos que tiveram dotações suplementadas por meio da abertura de créditos adicionais com base em superávit do exercício anterior. Nessa situação específica, há certamente um descompasso entre a dotação atualizada e a previsão atualizada da receita. Sendo necessário levar em consideração na análise, conforme eu mencionei anteriormente, o superávit financeiro do exercício anterior. Corrobora com essa linha de defesa, nobre conselheiro relator, o entendimento explicado no Manual de Contabilidade, que transcrevemos no memorial em anexo, pra facilitar o entendimento. Então, entende a defesa que no caso sob análise não se constata a ocorrência de déficit orçamentário, tendo em vista a ocorrência de superávit financeiro no exercício anterior. Mesmo admitindo, por hipótese, a ocorrência de déficit orçamentário, essa Corte de Contas registra julgado no qual a presença de tal irregularidade não impediria a aprovação das contas. Nós também transcrevemos os memoriais em anexo, no caso é o Parecer Prévio 00076/2021, da 1ª Câmara, de relatoria do conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo, a Unidade Gestora é a Prefeitura Municipal de Viana, exercício de 2019. Bom! Também juntamos em anexo a esta sustentação oral o Doc. 01, que é o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do ano de 2024, obtido do Portal da Transparência do Município de Ponto Belo, demonstrando que no exercício de 2024 houve receitas realizadas na ordem de R\$ 59.928.623,13, e as despesas empenhadas no montante de R\$ 58.794.477,74. É possível notar, então, que mesmo considerando a hipótese de déficit orçamentário, o que se coloca apenas por argumentação, a situação orçamentária do ente foi totalmente positiva no exercício seguinte ao analisado, ao ser analisado. Razão pela qual a defesa pede o afastamento dessa irregularidade, ou que seja enquadrada no campo da ressalva. Os dois próximos apontamentos que serão abordados na presente sustentação oral, serão de forma conjunta, que é a *“ausência de pagamento da totalidade das despesas com contribuições previdenciárias patronais devidas ao RGPS”* e *“ausência de recolhimento da totalidade das contribuições previdenciárias dos servidores devidas ao RGPS”*. Bom! Conforme restou esclarecido e explicado pelo manifestante, foram realizados 02 parcelamentos previdenciários, instrumento legal e facultado aos entes para regularizarem eventuais pendências junto ao INSS. É possível notar, conselheiro relator, que um parcelamento foi realizado dentro do próprio exercício de 2023, em 25/10/2023, e o outro em 11/01/2024. É possível ver, verificar, que o município buscou prontamente resolver as referidas pendências, não se quedando inerte, não ficou inerte diante da situação vivenciada. Por isso que a sugestão de encaminhamento, registrada pela ITC, a respeito da irregularidade, não retrata o posicionamento do Tribunal de Contas nesse

assunto. Sem prejuízo da instauração do procedimento específico para a apuração da responsabilidade pelos atrasos e eventual cobrança pelos acréscimos legais, o não recolhimento tempestivo de contribuições previdenciárias seguido de sua regularização e adimplemento pelo ente, não impede a aprovação das contas. E trazemos, e apresentamos novamente um julgado, no caso, o Parecer Prévio de nº 00042/2022, da 2ª Câmara, Prestação de Contas Anual de Prefeito, Unidade Gestora Brejetuba, exercício 2019, de relatoria do conselheiro Domingos Augusto Taufner. Está em anexo os memoriais, nós transcrevemos trecho desse parecer prévio nos memoriais em anexo. E eu destaco que esse julgamento foi objeto de recurso por parte do Ministério Público de Contas. E após novamente analisado, e decidido pelo Plenário dessa Corte de Contas, foi mantido à integralidade pelo Órgão Colegiado, de forma unânime; no caso, o Parecer Prévio 00092/2023. Então reforçando a tese anteriormente dita, nos memoriais em anexos, também apresentamos, transcrevemos, pra melhor entendimento nessa decisão. Então considerando a similaridade entre as situações fáticas retratadas no presente processo e no julgado, que mencionamos agora há pouco, como paradigma, pede-se o enquadramento das irregularidades no campo da ressalva sem prejuízo, conselheiro relator, da instauração de procedimento administrativo, nos moldes da Instrução Normativa 32/2024, para serem apurados os valores pagos de multas e de juros pelo atraso no recolhimento; bem como, devem ser identificados os períodos e os responsáveis. As duas últimas irregularidades retratadas nessa PCA, constam como sugestão por parte da ITC para rejeição das contas. Vejamos. Primeiro, *“déficit financeiro em diversas fontes de recursos evidenciando desequilíbrio das contas públicas”*, e *“inscrição de restos a pagar processados e não processados sem suficiente disponibilidade de caixa”*, também serão abordadas em conjunto, conselheiros. Em resumo, o manifestante explicou e esclareceu que o *déficit financeiro* e a *inscrição de restos a pagar sem disponibilidade de caixa*, foram incidentes financeiros pontuais e específicos, sem repercussão suficiente para macular a saúde financeira do município em questão. Uma vez que no exercício seguinte, isto é, em 2024, o quadro foi totalmente revertido, com a geração de substancial superávit financeiro, conforme restou comprovado no Evento Eletrônico de nº 111, na Peça Complementar 04258/2025, pág. 02/03. Na análise de irregularidades análogas, nessa Corte de Contas, entendeu-se que a adoção de medidas corretivas eficazes, gerando superávits financeiros nas fontes de recursos afetadas, podem autorizar o enquadramento da irregularidade no campo da ressalva por vislumbrar que os efeitos não foram relevantes e generalizados a ponto de ensejar a rejeição das contas, com base na aplicação dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade. Por isso, deve se considerar as ações corretivas implementadas no exercício subsequente como atenuantes para a irregularidade identificada. Trazemos novamente, transcrevemos nos memoriais em anexo, o Parecer Prévio 00111/2021, da 2ª Câmara, de relatoria do conselheiro Marco Antônio, Prefeitura, no caso, de Santa Leopoldina, exercício de 2018. E reforçamos, no caso foi uma aprovação das contas. Reforço que o julgamento que acabei de mencionar, o parecer prévio, no caso, foi objeto de recurso também pelo Ministério Público de Contas. Sendo analisado pelo Plenário dessa Corte de Contas, que negou provimento do recurso do Ministério Público de Contas, entendendo que a manutenção das referidas irregularidades - inscrição de restos a pagar e déficit financeiro - não comprometem, conselheiros, as contas. Autorizando a recomendação pela aprovação com ressalvas. Parecer Prévio 00045/2023, é um recurso de reconsideração, proferido pelo Plenário. No caso, o relator foi o conselheiro Sérgio Aboudib. Também transcrevemos nos memoriais em anexo. Como é possível extrair dos julgamentos, conselheiros, da Câmara e do Plenário, a manutenção das irregularidades ora discutidas não implica, necessariamente por si só, na ocorrência de macular as contas. Sendo possível a recomendação das contas com aprovação com ressalvas. Então, com base em tais considerações, é que se pede o acolhimento das razões de justificativa e a juntada de novos

documentos trazidos na presente sustentação oral para recomendar a aprovação das contas, ainda que seja com ressalvas. O meu muito obrigado! E boa tarde a todos! **(final)**

2 DO MÉRITO DA DEFESA

Da análise das Contas Anuais do município de Ponto Belo, exercício de 2023, foi emitido o Relatório Técnico 291/2024-1, sendo apresentado pelo NGF os indicativos de irregularidades “Inscrição de restos a pagar processados sem suficiente disponibilidade de caixa (subseção 3.4.9)” e “Inscrição de restos a pagar não processados sem suficiente disponibilidade de caixa (subseção 3.4.9)”.

Devidamente citado, o gestor responsável apresentou sua defesa que foi analisada na ITC 1585/2025-4, com a seguinte conclusão sobre os itens apontados pelo NGF:

- **MANTER** as não conformidades registradas no RT 291/2024-1, subseções **3.2.1.5, 3.2.1.15.1, 3.2.1.15.2, 3.3.1.1, 3.4.9**, analisadas conclusivamente nas subseções **9.1, 9.2, 9.3, 9.4 e 9.5** da ITC. Ocorrências que representam **grave infração** à norma constitucional, legal e regulamentar de natureza contábil, financeira e orçamentária, cujos efeitos, analisados isoladamente ou em conjunto, são relevantes e possuem o condão de **macular as contas de governo**:

[...]

9.5 Inscrição de restos a pagar processados e não processados sem suficiente disponibilidade de caixa (subseção 3.4.9 do RT 291/2024-1);

Critério: Artigo 1º, parágrafo 1º, Lei Complementar 101/2000.

Na sequência, esta Manifestação Técnica irá analisar exclusivamente os argumentos constantes da Petição Intercorrente 230/2025-3, Peça Complementar 19830/2025-7 e Notas Taquigráficas 39/2025-9 do memorial de defesa acima reproduzido acostados aos autos, em relação ao item supra citado, seguindo a mesma linha já apreciada na fase conclusiva.

2.1 INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS SEM SUFICIÊNCIA FINANCEIRA (DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (SUBSEÇÃO 3.4.9 DO RT 291/2024-1)

Constata-se que na Petição Intercorrente 230/2025-3, Peça Complementar 19830/2025-7 e Notas Taquigráficas 39/2025-9 o responsável não apresenta nada de novo em relação a argumentação já apresentada em sua Defesa/Justificativa 232/2025-2, decorrente da citação, devidamente analisada na ITC 1585/2025-4.

O responsável alega que o município sofreu inúmeras demandas por serviços e investimentos em consequência da pandemia do Covid-19, que foi realizado investimento significativo nas áreas de educação e saúde, e ainda, que no exercício de 2024 o quadro foi revertido com geração de superávit financeiro.

Há de se observar, no entanto, que as alegações da defesa, em vista da legislação vigente, não se aplicam para justificar o déficit ocorrido. Mesmo em relação à pandemia da Covid-19, as regras contidas no art. 1º, § 1º, da Lei Complementar 101/2000, que trata da responsabilidade na gestão fiscal, da ação planejada, da prevenção de riscos e da correção de desvios que possam afetar o desequilíbrio das contas públicas, não foram afastadas em função das exigências ocorridas durante o período pandêmico, diferentemente de outros dispositivos legais da LRF que foram ajustados ao enfrentamento da Covid-19.

Da mesma forma, as aplicações na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e em Ações e Serviços Públicos de Saúde em cumprimento a limites constitucionais e legais não isentam o ente municipal de observância às regras previstas na LRF, cujo pressuposto é a responsabilidade na gestão fiscal e a ação planejada visando o equilíbrio das contas públicas.

Menos ainda a argumentação de que no exercício seguinte ocorreram superávits significantes, não é admitida a compensação entre exercícios financeiros. Assim disciplina a LRF e o Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional (Órgão Central de Contabilidade da União, responsável pela edição de normas gerais para consolidação das contas públicas – art. 50, § 2º, da LRF), válido para o exercício de 2023, às págs. 647 a 649, ao tratar do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar:

04.05.01.02 Objetivo do Demonstrativo

O Demonstrativo visa a dar transparência ao montante disponível para fins da inscrição em Restos a Pagar de despesas não liquidadas, pelo confronto da coluna dos RP empenhados e não liquidados do exercício com a

disponibilidade de caixa líquida, segregados por vinculação, em cumprimento ao disposto no art. 55, inciso III, alíneas “a” e “b”. **O limite de inscrição em restos a pagar não processados, em cada exercício, é a disponibilidade de caixa líquida por vinculação de recursos. A disponibilidade de caixa líquida para cada um dos recursos vinculados permite que se avalie a inscrição em RP não processados também de forma individualizada.**

Na verificação da possibilidade de inscrição em restos a pagar não processados, da disponibilidade de caixa bruta devem ser deduzidas as despesas inscritas em restos a pagar processados, as despesas inscritas em restos a pagar não processados em exercícios anteriores e as demais obrigações de despesa que não tenham passado pela execução orçamentária. Caso não haja suficiente disponibilidade de caixa para quitar todas essas obrigações, o limite de inscrição em restos a pagar já não estará sendo observado. **Além da demonstração do cálculo da disponibilidade de caixa para cada uma das vinculações existentes, deverá ser apresentada também a disponibilidade de caixa para os recursos não vinculados. Assim, esse demonstrativo apresenta o cálculo da disponibilidade de caixa e demonstra se o ente possui liquidez para arcar com seus compromissos financeiros.**

Ressalta-se que o limite de inscrição em restos a pagar citado no art. 25, § 1º, inciso IV, alínea “c” da LRF, está relacionado ao disposto no art. 1º, § 1º da mesma lei, que estabelece como pressuposto da responsabilidade na gestão fiscal a ação planejada, a transparência, o cumprimento das metas e a obediência aos limites, e também ao disposto no art. 9º, também da LRF, que estabelece a necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira caso seja verificado ao final de cada bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas fiscais. Dessa forma, a verificação da existência de disponibilidade de caixa para a inscrição em restos a pagar deve acontecer em todos os exercícios.

Observa-se então, como regra geral, que as despesas devem ser executadas e pagas no exercício financeiro e, extraordinariamente, podem ser deixadas obrigações a serem cumpridas no exercício seguinte, por meio da inscrição em restos a pagar, com a suficiente disponibilidade de caixa. Assim, o controle da disponibilidade de caixa e da geração de obrigações deve ocorrer simultaneamente à execução financeira da despesa em todos os exercícios.

Esse demonstrativo possibilita **também** a verificação do cumprimento do art. 42 da LRF, de forma que no último ano de mandato da gestão administrativo-financeira de cada órgão referido no art. 20 da mesma lei haja suficiente disponibilidade de caixa para cobrir as obrigações de despesa contraídas. Essa verificação se dá pelo confronto das obrigações contraídas com a disponibilidade de caixa existente.

Apesar de a restrição estabelecida no art. 42 se limitar aos dois últimos quadrimestres do respectivo mandato, a LRF estabelece que a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente em que se previnem riscos e se corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, o que impõe que ajustes devam ser observados no decorrer de todo o mandato, de forma que as receitas não sejam superestimadas, nem haja acúmulo excessivo de passivos financeiros. (grifo nosso)

Dessa forma, a verificação da existência de disponibilidade de caixa para a inscrição em Restos a Pagar deve acontecer em todos os exercícios, sempre observada a vinculação dos recursos legalmente vinculados (Art. 8º, § único, da LRF).

Fortalece nosso entendimento o item 1.4 do Acórdão TC 1.077/2023-1 – Plenário (Processo TC 573/2022-1), que trata, entre outros assuntos, da uniformização de jurisprudência de que “o controle de despesas sem disponibilidade de caixa não se aplica apenas no último ano do mandato, mas durante toda a gestão.”.

Assim, considerando que o responsável não apresentou nada de novo à sua defesa para afastar as irregularidades evidenciadas, sugere-se que seja mantido o indício apontado na subseção 3.4.9 do RT 291/2024-1 e mantido no item 9.5 da ITC 1585/2025-4, por infringência ao art. 1º, § 1º, da Lei Complementar 101/2000.

3 CONCLUSÃO E PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Face ao exposto nesta Manifestação Técnica, em relação à defesa oral apresentada pelo ex-Prefeito Municipal de Ponto Belo, quanto a PCA do exercício de 2023, considerando que o gestor não apresentou nenhum fato ou documento novo, opinamos no sentido de que seja mantido o indício apontado na subseção 3.4.9 do RT 291/2024-1.

(assinado digitalmente)

JOSÉ CARLOS VIANA GONÇALVES

Auditor de Controle Externo

Matrícula 203.031